



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM
SÍNDROME DE DOWN NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

ELSA DA SILVA FIRMINO

ORIENTADORA: PROF. DRA. SIMONE CERQUEIRA DA SILVA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

ELSA DA SILVA FIRMINO

**PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM
SÍNDROME DE DOWN NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UAB/UnB - Pólo de Ipatinga-MG.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Cerqueira da Silva

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ELSA DA SILVA FIRMINO

PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NAS SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

DRA. SIMONE CERQUEIRA DA SILVA (Orientador)

PROF. Dr. LUIZ ROBERTO RODRIGUES MARTINS (Examinador)

ELSA DA SILVA FIRMINO (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos colegas de caminhada que se auto entregam, se dedicam e, jamais abrem mão de acreditar na inclusão, à diversidade e a aos alunos especiais que lutam e tem coragem de se auto superarem.

Ao meu esposo Paulo Firmino por contribuir em todos os momentos de dificuldades, tolerância e paciência. Aos meus filhos Pollyane Silva Firmino e Emanuel Silva Firmino por acreditarem nas coisas que faço, pelos momentos de ausência e dedicação aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, pelo meu lar, pelo sustento espiritual, por ter me dado condição de cada dia obter novas aprendizagens. Por minha família entender a ausência e atenção nestes últimos momentos. Por ter possibilitado pertencer esta família e receber afeto e valores tão primordiais para a vida, bem como para o ofício desta profissão, a qual requer nossa sensibilidade para que possamos humanizar àqueles que percorrem o caminho escolar sob nossos cuidados.

Aos mestres desta instituição que me instruíram com tão rico conhecimento e aos tutores online e de polo, pela paciência e sabedoria. Muito obrigada, pois sem estes, não teria sido possível chegar tão longe.

À professora Simone Cerqueira da Silva, pela orientação na elaboração desta monografia.

As pessoas que contribuíram com este trabalho principalmente aqueles que colaboraram como participantes da pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo compreender o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais e os alunos com síndrome de down em salas de aula do ensino regular nas series iniciais do ensino fundamental. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa com base na aplicação de um roteiro de entrevista junto a uma professora da sala de aula regular, uma professora de apoio de alunos com Necessidades Educacionais Especiais e, uma coordenadora do Atendimento Educacional de uma Escola Municipal da cidade de Ipatinga/MG. A metodologia do estudo na pesquisa qualitativa serão levantadas questões teóricas e práticas do cotidiano dos professores e alunos, com investigação através de entrevistas coletando informações necessárias afim de conhecer e avaliar a inclusão nesta escola, os participantes da pesquisa foram os profissionais que tem alunos com NEE na sala de aula. O contexto de pesquisa deste estudo foi uma Escola Municipal de Ipatinga que atende crianças com diversos tipos de necessidade educacional especial na sala de aula no ensino regular, para construção dos dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, os dados deste estudo foram construídos pela própria pesquisadora, em um período de 3 semanas, no mês de setembro de 2015, e consistiu de 3 fases. Todas as entrevistas transcritas foram submetidas à técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e, em seguida, o material passou por uma categorização, conforme os passos de construção do Sistema de Categorias Integrado proposto por Dessen e Cerqueira-Silva (2009). Os resultados e suas respectivas discussões e as informações serão apresentadas considerando dois eixos norteadores desta pesquisa: situação real e situação ideal. Na situação real analisar o processo de inclusão de crianças com síndrome de down nas series iniciais do ensino fundamental na perspectiva dos professores e do coordenador pedagógico; Na situação Ideal Identificar qual seria a “desejado”, o “idealizado” do processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais no contexto da educação inclusiva nas primeiras series do ensino fundamental. De acordo com resultado obtido, é possível concluir que há conhecimento de causa, que há construção de conhecimento, que os alunos são capazes, mas ainda falta preparo profissional e políticas públicas, e que este processo vai caminhando consciente e determinado.

Palavras-Chave: Inclusão escolar. Crianças com necessidades educacionais especiais. Atendimento educacional especial.

SUMÁRIO

1 PRESENTAÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 Legislação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.....	14
2.2 Educação inclusiva: questões históricas e conceituais	16
2.3 Inclusão escolar na perspectiva da família.....	20
2.4 O aluno com Síndrome de Down.....	25
3 OBJETIVOS	29
3.1 Objetivo geral.....	29
3.2 Objetivos específicos.....	29
4 METODOLOGIA.....	30
4.1 Fundamentação teórica da metodologia.....	30
4.2 Contexto da pesquisa.....	30
4.3 Participantes	31
4.4 Materiais.....	32
4.5 Instrumentos de construção dos dados.....	32
4.6 Procedimentos de construção de dados	33
4.7 Procedimentos e análise dos dados	33
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE	53
A - Questionário para os Professores e do Coordenador (Modelo)	53
ANEXOS	56

ANEXO A - Carta de Apresentação – Escola (Modelo).....	56
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor e coordenador (Modelo).....	57
ANEXO C - Aceite Institucional	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Modelo de Organização dos dados para Análise de cada uma das entrevistas....	35
Tabela 2 -Tabela Utilizada para organização dos dados na Formação das categorias Síntese de um grupo de Entrevistados.(modelo).....	35

1 APRESENTAÇÃO

O processo de inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais é a luta colocar crianças deficientes por lugar na sociedade é a ideia de uma sociedade inclusiva, é a valorização da diversidade [...]. Incluir é acolher todas as pessoas no sistema de ensino, mesmo diante de qualquer dificuldade independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas.

A inclusão tem como finalidade a inserção das pessoas com necessidades educacionais na sociedade e levá-los a participar de uma realidade social concreta, oferecendo oportunidades sem preconceito, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas pois é a aprendizagem de todas as crianças, mesmo aquelas com suas dificuldades e diferenças. De acordo com art. 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL 1988).

A Educação Inclusiva tem sido um grande desafio para nossa sociedade. As crianças com necessidades educacionais especiais não estão mais escondidas como no passado, elas estão inseridas nas escolas de Ensino regular cada uma com sua necessidade. Elas têm participado nas escolas de uma realidade como qualquer outra criança, sem preconceito. O artigo 208 da Constituição brasileira especifica que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também consta no artigo 54 do (Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (BRASIL, 1990).

De que forma a escola e a família percebem a inclusão do aluno com necessidades especiais educacionais dentro dos paradigmas da Educação Para Todos? O aluno com necessidades educacionais especiais da rede regular de ensino está incluído ou integrado?

O ensino integrado refere-se às crianças frequentarem as escolas regulares (ou seja, o foco está nas taxas de frequência). O ensino inclusivo refere-se às crianças com deficiências aprenderem eficazmente quando frequentam as escolas regulares (ou seja, o foco está na qualidade do ensino).

De acordo com Sasaki (1997, p. 30-31),

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

O processo de integração também pode ser definido:

[...] como aquele que tem por objetivo incorporar física e socialmente as pessoas portadoras de deficiência, a fim de usufruírem dos bens socialmente produzidos, habilitando-as, oferecendo-lhe os instrumentos contemporâneos para o exercício da cidadania (FREIRE, 1997 *apud* MACHADO, 1988, p. 13).

No processo de inclusão a Declaração de Salamanca (1994, p.1) nos diz que incluir que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”. Na inclusão a criança esta inserida na sala de aula acompanhando as atividades.

A inclusão social pode ser conceituada como:

o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p. 41).

Este estudo foi realizado por ser de grande relevância o papel da educação especial em uma sociedade que está em processo constante de mudança atendendo as exigências da sociedade, mas que só será alcançada diante de informação e aceitação. O aluno com necessidade especiais em classe no ensino regular não acontece por acaso é uma conquista, trabalho e dedicação de todas as pessoas no processo de inclusão: professores, comunidade e família.

Justifica-se a importância de pesquisar o tema estabelecido porque a educação inclusiva é construída na escola por todos, é uma discussão e ação de toda a comunidade escolar, não é feita por decretos ou diretrizes é uma construção coletiva, envolvendo

mudanças na sociedade. Quando se fala de uma sociedade inclusiva, pensa-se naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais.

O número de crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas no ensino regular tem crescido, mas ainda deixam um grande número de crianças fora de rede regular por falta de conhecimento das leis que as amparam, e nos educadores desejamos uma educação inclusiva de qualidade para todos.

Mantoan (1998, p. 3) propõe:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares.

A verdadeira inclusão acontece quando as crianças estiverem incluídas e criar-se condições para todas nesse espaço educativo. A escola inclusiva proporciona educação de qualidade, acolhe a todos, requer providências e adaptações para o funcionamento do ensino inclusivo, tanto para o currículo, quanto para os que atuam: professores, coordenadores.

O interesse em pesquisar processo de inclusão na escola surgiu da necessidade de compreender as funções, expectativas e relatos professores, em termos funcionais do processo de inclusão e como se tem efetivado no decorrer dos últimos anos. O que se tem feito para a aceitação das diferenças quanto professor e aluno da sala. Trabalho a 10 anos na educação e durante este tempo eu vivi com os variados tipos de necessidades, uns mais fáceis de compreender, outros não entendemos. É a pesquisa voltada para saber os entendimentos dos meus colgas de trabalho.

Iniciou-se a pesquisa sobre a educação inclusiva: questões históricas e conceituais, Legislação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, Inclusão escolar e a importância da relação família-escola, O aluno com Síndrome de Down.

A metodologia realizada uma pesquisa semi estrutura feita através de entrevistas com professores que atuam na escola municipal de Ipatinga e os resultados e discussão de acordo com a fala das entrevistadas e as considerações finais as principais conclusões deste estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

A pesquisa tem como objetivo fundamentar o processo de inclusão de crianças com síndrome de down nas series iniciais do ensino fundamental na perspectiva dos professores e do coordenador pedagógico, aprendizagem e o desenvolvimento do aluno e analisar os professores envolvidos com o processo de inclusão escolar, atuação do professor nessa mediação, Estratégias para o processo de inclusão. Identificar o que é desejado no processo de inclusão escolar nas primeiras series do ensino fundamental.

A inclusão escolar de alunos com NEE nas series iniciais do ensino fundamental, tem contado nos últimos anos com grandes avanços nas políticas de inclusão, pois novas leis e documentos foram criados, permitindo que a educação inclusiva comece a atender as diferenças. Segundo Facion (2009, p.203), “incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um novo dia na inclusão”. Entender a educação inclusiva consiste em trazer para si e para os outros os direitos democráticos e igualitários da inclusão. De acordo com Santos (1997), “temos o direito à igualdade, quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza”. Nesse sentido, promover a inclusão escolar das crianças com NEE nas series iniciais do ensino fundamental se mostra como um desafio vibrante e necessário, indo além da mera inserção dessas crianças nos ambientes físicos da escola.

Segundo Minetto (2008, p. 19):

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio, com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade; viabiliza, portanto, com um caráter cultural acentuado, a integração do indivíduo com o meio. A conduz o indivíduo para a vida em sociedade, produzindo cultura usufruindo-se dela. É certo que as modificações em todos os âmbitos da sociedade afloram as desigualdades, de modo a impulsionar discussões sobre as exclusões e suas consequências e lançar a semente do descontentamento e da discriminação social evidenciando-se a necessidade de mudanças nas políticas públicas.

São necessárias mudanças sociais para que a inclusão realmente aconteça, bem como um esforço mútuo de todos os profissionais da educação na busca pelo aprimoramento da prática educativa. A escola não é apenas um espaço social de emancipação, mas também é um lugar de socialização e aceitação.

Durante muitos anos as crianças com necessidades educacionais especiais viveram sobre preconceito, à margem da sociedade. A história da educação especial no Brasil

mostra toda evolução na conquista dos direitos humanos, hoje bem mais organizado, porém nem sempre cumpridos. Segundo Sasaki, a inclusão “repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação”. (1999, p.41-42).

Há muitos desafios a serem enfrentados de modo geral, a quebra de conceituais e preconceitos, discriminação, aceitação da diversidade. Aranha (2000) destaca que a ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que possa reconhecer e aceitar a diversidade na vida da sociedade. Isto é garantia de acesso de todos a todas as oportunidades de cada indivíduo. A meta da inclusão é não deixar ninguém de fora do sistema escolar, mas para que isso aconteça é necessário que os recursos físicos e os meios materiais se efetive para o desenvolvimento de novas atitudes e mudanças no meio social.

Segundo Mantoan (2003, p. 97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Incluir é aceitar as diferenças é o respaldo legal de diversos documentos encontrados em nosso país e ao redor do mundo.

2.1 Educação inclusiva: questões históricas e conceituais

Por muito tempo ouvia-se falar na inclusão, mas aqueles que tinham necessidades educacionais especiais estavam sempre fora do contexto da realidade da sociedade, pessoas que viviam às escondidas, não tinha sua vida própria, mas no final dos anos de 1950 e no início de 1960 os excluídos da sociedade com necessidades especiais educativas e os que tinham dificuldade na aprendizagem tiveram oportunidades de ser incluídos. A luta por uma vida de inclusão dentro de uma sociedade teve chegar as escolas e os professores preparar-se para uma nova realidade de trabalho, com esforços, com consciência e cursos para melhorar o atendimento deste novo público escolares.

A educação, que era parte fundamental neste processo, teve que sofrer uma radical transformação. Em todo o mundo, até aquele momento, as pessoas com deficiência haviam sido colocadas á margem da educação: o

aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou simplesmente excluído do processo educativo que tinha por premissa que os alunos deveriam obedecer a padrões de normalidade. (BRASIL, 2000, p. 83)

Para acontecer uma educação inclusiva todos tiveram que apropriar-se das mudanças. Os educadores, pedagogos, psicólogos e legisladores, e a escola junto com a família e comunidade estimula a inclusão, abrindo um novo espaço proporcionando condições para o aluno com necessidades especiais educativas tem acesso ao currículo adequado de acordo com suas competências. A inclusão só é possível quando todos que convivem com alunos com necessidades especiais educativas ajudam nesta construção. Para entender a inclusão na sociedade, das pessoas com necessidades especiais educativas Freitas (2006, p. 38) descreve,

A inclusão desafia, pois, as mudanças, estimulam a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo.

No passado para as pessoas com deficiências as escolas eram separadas apropriadas para desenvolver suas habilidades da vida diária, a escola não estava preocupada com aprendizagem dessas crianças, mas através de estudos, discussões, pesquisas demonstraram que essas crianças tinham condições de estarem inseridas no ensino regular comum. Para Freitas (2008) a escola inclusiva é a que não é indiferente a diferença, ma [...] Contempla as semelhanças naturalmente.

De acordo com Meyrellles (2009) a inclusão só será possível às pessoas com as deficiências exigirem mudanças estruturais e forem dados condições, de acesso e permanência nas escolas, respeitando e trabalhando suas diferenças com a obrigatoriedade da matrícula em classes regulares ao acesso a escola, fazendo com os gestores e educadores, professores se preparassem para recebê-los aqueles que um dia estiveram distante do convívio da escola regular. Mas ainda há muitas discussões a serem realizadas para se chegar a uma verdadeira inclusão, professores preparados, escolas com currículo adequado.

Para uma melhor proposta da inclusão escolar é preciso fazer adaptações curriculares., não um currículo isolado, mas com ajustes mais adequado para acolher a diversidade dos alunos.

As adaptações curriculares, de modo geral, envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de

todos os alunos, em relação à construção do conhecimento. (OLIVEIRA; MACHADO, 2007, p. 36).

No século XVI a história da educação especial inicia-se com médicos e pedagogos tratando os indivíduos ineducáveis nos informa Mendes (2002), neste período a sociedade queria se proteger dos anormais foi uma fase de segregação o cuidado era feito em asilos e manicômios. No século XIX os alunos passaram ser encaminhados para classes especiais. Na metade do século XX aparece uma resposta mais ampla sobre jovens e crianças devida aos mutilados da guerra. Na década de 1960 os movimentos sociais pelos direitos humanos se intensificavam. Varias as formas de integração estavam sendo operacionalizada no reino Unido e na Suécia. Em 1986 que surgiu a proposta na iniciativa da educação regular por Madeleine C. Will que os alunos deviam ser inseridos nas classes comuns.

De acordo Madeleine Will (1986), Secretária - Assistente encarregada dos Serviços de Educação Especial e Reabilitação, do Departamento de Educação dos Estados Unidos, “tornou possível que crianças deficientes leves e moderadas, fossem inseridas nas classes regulares, junto com os alunos comuns”.

Em 1988 a Constituição Federal (BRASIL, 1988) as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.9.394/96 (BRASIL, 1996) – estabelecem que educação direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo atendimento educacional especializado as pessoas com deficiências. Em 1994 a Declaração de Salamanca documento Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

Educação inclusiva não é fazer o mesmo currículo da sala regular para aqueles que tem necessidades, mas é preciso trabalhar adaptações curriculares para acompanhar melhor o processo de inclusão.

2.2 - Legislação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva

A legislação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil cada dia busca melhorar, visando o bem estar da pessoa com necessidades educacionais especiais. Várias leis e documentos internacionais contribuíram para os direitos das pessoas com deficiência no nosso país.

A educação especial teve início na época do Império, em 1926 foi fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (ANTIPOFF, 1992e, p. 122).

Em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Em 1854 foi criado Instituto dos Meninos Cegos atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e em 1857 o Instituto dos Surdos Mudos, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

Em 1961, LDBEN que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 no art.88 diz que a Educação de excepcionais, deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade

Lei nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971 LDBE/71 altera a LDBEN de 1961. Art. 9º: Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial que impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

De acordo com a constituição (1988) ela prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a educação “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Em 1989 a Lei 7.853/89 define como recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante com deficiência em qualquer curso ou nível de ensino público. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão mais multa.

Em 1990 o Estatuto da criança e do adolescente que garante o direito e igualdade de condições para acesso e a permanência na escola, sendo obrigatório e gratuito; o Respeito

dos educadores; e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90, reforça os dispositivos legais, ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino" (BRASIL, 1990, art. 55).

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação brasileira. Com o propósito de inserir a criança com deficiência na escola regular Em 1994 Declaração de Salamanca, que também diz que devem receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivo de e Trabalho infantil e abuso sexual e atendimento as crianças deficientes no mesmo ambiente de ensino das demais.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 1994, p.19).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, Art.58 §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (BRASIL, 1994, §2º) No Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (BRASIL, 1994, Art.59, I,II).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial no Art. 25. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das

escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Em 2000 Leis 10.048 e Lei 10.098 – A primeira garante atendimento prioritário de pessoas com deficiências nos locais públicos. A segunda estabelece normas sobre a acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transportes e tudo que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por meio de comunicação.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001.

Em 2001 Decreto nº 3.956 (Convenção de Guatemala) põe fim as interpretações da LDB, deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais, ferem a convenção e a Constituição.

Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais, A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular,

Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece no Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em novembro de 2005, o Ministério da Educação (MEC) e cultura, através da SESP – secretaria educação Especial do Ministério da Educação propõe aos estados brasileiros um projeto de criação de “Núcleos de Atividades de altas Habilidades/superdotação” os chamados NAAH/s, com o objetivo ao atendimento a professores, pais e alunos portadores de altas habilidades e superdotação, sendo desenvolvido em parceria com MEC/UNESCO e as Secretarias de Educação de cada

Estado da Federação, concretizando assim uma importante referência para atendimento educacional especializado investindo nas políticas inclusivas, no atendimento educacional dos alunos superdotados.

O Plano Desenvolvimento Educacional (PDE) foi lançado em abril de 2007, um plano coletivo de médio e de longo prazo, sistêmico, cujo objetivo é melhorar a qualidade da educação no País, com foco prioritário na educação básica. Garantir o direito de aprender, para todos e para cada um.

O Decreto nº 6.094/2007, no art. 1º: O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas. (BRASIL, 2007).

2.3 Inclusão escolar e a importância da relação família-escola.

O primeiro berço educacional do ser humano é família que possui obrigações estabelecidas no seio da sociedade às quais pertencem. o Estatuto da Criança e do Adolescente (1992) e a Constituição de 1988. Nestes documentos é possível comprovar papel da família no crescimento e desenvolvimento de seus filhos garantindo a escolarização, uma criação voltada para a cidadania e uma vida digna, carinho, proteção e afeto.

Para Vygotsky (1989) essa instituição ocupa um lugar privilegiado, pois, transmite a herança cultural, familiar e social.

A perspectiva da relação entre família e escola dentro dos paradigmas da Educação Para Todos, ficam muito claramente expressas nas recomendações internacionais. A Declaração de Salamanca (1994), por exemplo, diz, em suas diretrizes de ação nos níveis nacionais, no artigo 58, p. 40:

Os Ministérios da Educação e as escolas não devem ser os únicos a perseguir o objetivo de dispensar o ensino a crianças com necessidades

educacionais especiais. Isso exige também a cooperação das famílias e a mobilização da comunidade [...].

E continua, no artigo 61, p. 43:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola [...] e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos.

A escola e a família tem que ser vista como parceira para um bom desenvolvimento humano na perspectiva de inclusão. Porque dentro do núcleo familiar que se determina o caráter da criança, e sem o apoio familiar o seu desenvolvimento escolar é afetado.

Chalita afirma que:

Por melhor que seja uma escolar, por mais preparados que estejam seus professores, nunca vai suprir a carência deixada por uma família ausente [...]. Qualquer projeto educacional sério depende da participação familiar. (CHALITA, 2004, p. 17).

Em uma sociedade inclusiva é fundamental a inserção da criança no meio social, é importante que a presença dos pais principalmente crianças com deficiências para que haja um bom desempenho de seus filhos na escola.

A própria Declaração de Salamanca (1994) nos diz artigo 37, que:

Toda escola deve ser uma comunidade coletivamente responsável pelo êxito ou fracasso de cada aluno. O corpo docente, e não cada professor, deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado a crianças com necessidades especiais [...].

E no artigo 40, que:

A preparação adequada de todos os profissionais da educação é também um dos fatores-chave para propiciar a mudança [...]. Cada vez mais se reconhece a importância da contratação de professores que sirvam de modelo para crianças com deficiência.

Portanto, a lei nos informa a importância do papel da escola e da família e de uma parceria que deveriam ser estabelecidas, de caminhar lado a lado e a preparação dos profissionais também exerce um fator importante nesta relação família e escola.

As famílias precisam se amigas da escola, acompanhar o desenvolvimento educacional do filho, participar das reuniões de pais ou participando de Conselhos aproximar da escola ampliando o espaço de participação, dividir o conhecimento da criança com a família, fazendo reconhecer cada um o seu papel: educação para os pais e ensino para escola, caminhando família e escola juntos.

No processo de inclusão escolar é muito importante o reconhecimento da família da criança das suas necessidades, destacando a relevância da cooperação da família no movimento pela inclusão Compartilhar pais e profissionais, surgindo assim uma parceria família e profissionais.

Santos (1999, p. 78/79) afirma que: [...] a participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de organizações, é imprescindível a sua participação para que a continuidade histórica da luta por sociedades mais justas, para seus filhos seja garantida.

A família é a primeira instituição de apoio dessas crianças principalmente no caminhar da escolaridade dos alunos, sabe-se que este vínculo de confiança entre escola e família favorecerá o desenvolvimento da criança.

“[...] se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem senão educados, ao menos informados e mesmo formados no tocante à melhor educação a ser proporcionada aos seus filhos”. (PIAGET, 2000, p. 50).

Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. (PLETSCH; FONTES, 2006; GLAT; BLANCO, 2007). Para apresentar-se com escola inclusiva a equipe pedagógica tem que rever seus conceitos, o currículo, o projeto político pedagógico e oferecer uma metodologia diferenciada com base nas deficiências dos alunos.

O processo de inclusão nas escolas não é simples precisa-se de muitas adaptações começando pela reestruturação física como instalação de rampas e banheiros adequados, mas faz-se necessária a preocupação de um professor preparado para a aceitação das diferenças e dos diferentes e que este professor tenha condições para atender as

necessidades apresentadas como nos diz (HERRERO, 2000) que a escola apresenta funções essenciais na estrutura e no funcionamento do sistema educacional. Dentro da escola encontramos vários tipos de deficiências tais como mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais, comportamento emocional, aptidões de comunicação e múltiplas deficiências, cadeirantes, surdos, etc. Necessidade educacional especial para Herrero (2000) é quando uma criança não consegue fazer sua atividade sozinha apresentando dificuldades na aprendizagem e precisa de um tratamento diferenciado, e nas escolas a preocupação é atender essas crianças de uma melhor forma.

A educação inclusiva na escola regular favorece a diversidade na medida em que considera seus alunos com NEE dentro da vida escolar, isto é transforma a escola um lugar para todos. Nesse processo há crianças que necessitam de acompanhamento especial, um apoio especializado para suas aprendizagens. A educação inclusiva na perspectiva da escola foi feita dentro de um ensinamento de que cada criança tem condições de aprender desde que compreendendo suas aptidões, capacidades e verificando o grau de cada deficiência. Ela ultrapassa todos os caminhos, níveis e modalidades entendendo as especificidades de cada aluno, conseguindo assim atingir seu público alvo, oferecendo seus alunos estratégias de garantir o direito à educação a todos.

A escola inclusiva oferece atendimento especializado, faz uma interface entre sala de aula e o seu atendimento individualizado. A diversidade não agrupa alunos, mas trabalha a individualidade de cada um.

[...] a diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico (SILVA, 2000, p.100-101).

Na escola inclusiva os alunos constroem o conhecimento de acordo com suas capacidades entendendo a escola como um espaço de todos que se igualam diante das diferenças.

A inclusão escolar só acontece, de fato, se o aluno estiver inserido na escola, porém participando, aprendendo e desenvolvendo-se com base na interação e nos conhecimentos

ali construídos, o que vai muito além da concepção de inclusão que defende apenas as vantagens da socialização deste aluno no espaço escolar (AINSCOW, 2004a, 2004b; PLETSCHE, 2005; PLETSCHE; FONTES, 2006). A inclusão acontece com boa demanda de recursos pedagógicos e materiais adequados para o trabalho com estas crianças com dificuldades na aprendizagem e ou suas deficiências mentais ou físicas.

Para Glat, Ferreira, Oliveira e Senna (2003, p. 60):

A maioria das experiências recolhidas indica que a experiência brasileira de inclusão é, de modo geral, iniciativa e competência da educação especial, a qual se encarrega do suporte e da coordenação de todas as ações concernentes ao aluno, incluindo-se o seu encaminhamento para classe regular, o planejamento da prática pedagógica, o apoio aos professores do ensino regular e a conscientização da comunidade escolar.

As escolas aceitam a diversidade, mas ainda precisa oferecer um ensino mais qualificado para os alunos principalmente aquele com necessidades educacionais especiais, garantir o desenvolvimento de uma educação de qualidade, assumir metas de inclusão para que não haja diferença e que sejam incluídos dentro da sociedade.

A integração escolar e a inclusão defende a matrícula da criança na escola regular, porém a integração considera o sucesso do aluno de responsabilidade dele na sua individualidade, mas a inclusão requer que o aluno seja atendido dentro das suas necessidades atendendo satisfatoriamente diante suas capacidades. De acordo com Rodrigues,

O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica, antes de mais nada, rejeitar por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa do aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação. (RODRIGUES, 2006, p. 301-302).

A política da educação é uma educação para todos, pois ao incluir alunos com deficiência, ajuda professores e educadores a repensarem o papel da inclusão..

Em fim a inclusão tem que ser repensada conforme a realidade brasileira, não de uma forma isolada, mas com suporte aos professores e verificando os tipos de necessidades especiais de cada um para que haja uma verdadeira inclusão.

2.4 O aluno com Síndrome de Down.

O que é a Síndrome de Down? A síndrome de Down é uma ocorrência genética natural e universal, estando presente em todas as raças e classes sociais. É a alteração genética mais comum, sendo registrada aproximadamente em 1 de cada 700 nascimentos. Não é uma doença e, portanto, as pessoas com síndrome de Down não são doentes.

Segundo González (2007), a Síndrome de Down (SD) Por motivos ainda desconhecidos, durante o desenvolvimento das células do embrião são formados 47 cromossomos no lugar dos 46 que se formam normalmente. O material genético em excesso altera o desenvolvimento regular da criança. Este material extra se encontra localizado no par de cromossomos 21, daí o outro nome pelo qual é conhecida, Trissomia do 21. Para confirmar o diagnóstico de síndrome de Down é necessário fazer um exame genético chamado cariótipo.

A pessoa com Síndrome de Down apresenta comuns problemas na coluna, na tireoide, nos olhos e no aparelho digestivo, anomalias cardíacas, e as vezes dificuldade na comunicação.

Diante das discussões a respeito da Inclusão, falar sobre Síndrome de Down é um dado relevante e que ganha importância neste momento de práticas e teorias que a fundamentam. Falar dos portadores da Síndrome de Down significa entender que seu grau de desenvolvimento e socialização que pode ser bastante satisfatório quando eles podem ser vistos como seres capazes e competentes.

De acordo com Schwartzman “a pessoa com Síndrome de Down é capaz de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades, 73% deles tem autonomia para tomar iniciativas, não precisando que os pais digam a todo o momento o que deve ser feito.” (1999, p. 12).

Afirma Mônica Leone Garcia, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. A criança com Síndrome de Down demora um pouco para entender e um das regras para inclusão desta criança é a repetição das orientações em sala de aula para que ele possa melhor compreendê-las, porque em geral as famílias não repreendem seus filhos Muitas famílias não repreendem o filho quando ele faz algo errado, como morder e pegar objetos que não lhe pertencem. Isto não é correto eles têm de cumprir regras e fazer o que os outros fazem. A criança com Síndrome de Down quando não tem sua atenção descumpra regras e reage com provocações.

É importante reforçar comandos e solicitações com modelos que ele possa ver, de preferência com ilustrações grandes e chamativas, com cores e símbolos de fácil compreensão. Os níveis de sua aprendizagem deve ser com desafios gradativos, isso aumenta a realização de seu trabalho, valorize o seu empenho pois nas suas atividades cognitivas e o seu esforço é muito grande por isso manter as atividades de acordo com seu nível..

Síndrome de Down e todo aquele com necessidades especiais precisa antes de tudo pertencer à sociedade, ser parte integrante e ser respeitado em suas limitações e alcances.

[...] atualmente, no ensino regular, a criança deve adequar-se à estrutura da escola para ser integrada com sucesso. O correto seria mudar o sistema, mas não a criança. No ensino inclusivo, a estrutura escolar é que se deve ajustar às necessidades de todos os alunos, favorecendo a integração e o desenvolvimento de todos, tenham NEE ou não. (SCHWARTZMAN, 1999, p. 253).

No processo de inclusão destes alunos é saber lidar com as diferenças e preconceito por parte de pais e alunos, dos familiares que às vezes frustrados com as limitações dos portadores da Síndrome Down não acreditam no seu potencial. Por isso é importante a figura do professor que é o mediador nestas ações. É importante buscar informações sobre as crianças com NEE, conhecer as sua singularidades e possibilidades, afastando assim o preconceito, dar estímulos e acreditar no seu desenvolvimento, conhecer o seu diagnóstico e melhorar a sua qualidade de vida.

Segundo Alves (2007, p. 41):

[...] na criança com Síndrome de Down a prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas, como a linguagem, percepção, esquema corporal, orientação espaço-temporal e lateralidade.

A inclusão da pessoa com Síndrome de Down - estimulam o desenvolvimento de habilidades na convivência com as diferenças

É preciso haver investimentos externos para que a criança com Síndrome de Down possa amadurecer as funções neurológicas, executar atividades diárias e, conseqüentemente, aprender e se desenvolver. Não esquecer que existem alterações no processo de internalização de conceitos que dificultarão a construção dos conhecimentos e,

sobretudo, na aquisição da linguagem. Porém, para amenizar as dificuldades é preciso que, no contexto escolar, o professor conheça e estimule capacidades de desenvolvimento dessas crianças.

As diversas práticas de inclusão da pessoa com Síndrome de Down têm demonstrado que elas - estimulam o desenvolvimento de habilidades na convivência com as diferenças Favorecem aspectos do desenvolvimento geral e aprimoramento da linguagem; Devem ser pautada no atendimento às necessidades educacionais; Requerem, em algumas situações, um processo de adaptação curricular. Diante disso, para que a inclusão se efetive entende-se que é necessária a elaboração de políticas públicas educacionais que prevejam a formação continuada dos professores do ensino regular, de modo que os permita conhecer as potencialidades e necessidades seus alunos Além disso, as políticas com um suporte pedagógico ao trabalho de inclusão desenvolvido pela escola regular.

Em relação ao profissional da educação, Schwartzman (2003, p.238) argumenta que:

É importante não queimar etapas e seguir o roteiro adredeamente fixado: estimular o desenvolvimento da criança, respeitar sua evolução gradativa e aguardar o momento exato para iniciar uma nova aprendizagem. [...] devem levar em consideração as possibilidades de aprendizagem da criança e a motivação necessária para que participe ativamente [...].

Nas palavras de Werneck (1995, p.162) em relação à educação da criança com Síndrome de Down:

[...] intervêm tanto na família, na escola, como na sociedade. É uma atividade que deve começar a partir do nascimento, como uma estimulação capaz de integrá-la progressivamente ao meio ambiente e à vida social. Sem dúvida, a participação ativa da família é decisiva para o desenvolvimento integral da criança [...] estudos vem demonstrando que o progresso de alunos que foram estimulados desde bebês é mais acelerado do que o dos que receberam tardiamente ou que nunca a tiveram.

A educação da criança com de Síndrome de Down inicia-se com família e continua na escola e sociedade, desde que suas potencialidades sejam estimuladas e conscientizar os demais alunos, para que compreendam e contribuam para a inclusão social.

Nos últimos tempos tem mais crianças com síndrome de down na rede regular de ensino maior número de crianças com SD tem entrado na escola Segundo os autores, nas escolas inclusivas há maior consciência das necessidades individuais de cada criança, permitindo maior flexibilidade do seu currículo e avaliação da diversidade, além de preparar o jovem para viver, brincar e para o trabalho em sociedade (BUCKLEY; BIRD, 1998).

Para o sucesso da inclusão da criança, é necessário considerar alguns componentes essenciais: ambiente estruturado e adaptado às suas necessidades; abordagem de ensino que facilite seu aprendizado e adaptação curricular, fatores que não devem ser utilizados unicamente para as crianças com SD, mas para todas que necessitem de um currículo adequado à sua individualidade (HOLDEN; STEWART, 2002. O ambiente escolar deve ser o local propício para todas crianças se desenvolverem social, emocional e academicamente (BUCKLEY; BIRD, 1998).

3 OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral

- Analisar o processo de inclusão de crianças com síndrome de down nas series iniciais do ensino fundamental na perspectiva dos professores e do coordenador pedagógico.

3.2 - Objetivos específicos

- Descrever as estratégias utilizadas pela escola (professores, coordenador pedagógico) para promover o processo de inclusão escolar nas primeiras series do ensino fundamental.
- Analisar se os professores envolvidos com o processo de inclusão escolar se sentem preparados e apoiados pedagogicamente para trabalharem com esse processo.
- Identificar qual seria a situação ideal do processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais no contexto da educação inclusiva nas primeiras series do ensino fundamental.

Definição de Situação ideal: o que os professores consideram como sendo o “desejado”, o que é “idealizado” por eles quanto ao processo de inclusão escolar.

4 METODOLOGIA

4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

A abordagem teórico-metodológica do estudo foi fundamentada na perspectiva de analisar os profissionais, estudantes e professores questões sobre a educação especial e como está o papel do professor diante desse desafio de uma escola para todos sem exclusão. Uma escola que deve preparar o aluno para diversidade, sabendo que todos nós somos diferentes.

Na pesquisa qualitativa serão levantadas questões teóricas e práticas do cotidiano dos professores e alunos, com investigação através de entrevistas coletando informações necessárias afim de conhecer e avaliar a inclusão nesta escola. Os estudos aqui propostos têm como objetivo principal aprimorar e garantir o processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais educativas na series iniciais do ensino fundamental. Entrevista é trabalho, alerta Zaia Brandão (2000, p. 8), e como tal “reclama uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado”.

A pesquisa qualitativa é pautada no mundo real é pesquisar sobre a vida dos seres humanos. Para (PRUS *apud* MOREIRA, 2002, p. 50-51) a tarefa de “dupla hermenêutica” justifica-se pelo fato de os investigadores lidarem com a interpretação de entidades que, por sua vez, interpretam o mundo que as rodeiam.

4.2 - Contexto da Pesquisa

O contexto de pesquisa deste estudo foi uma Escola Municipal de Ipatinga que atende crianças com diversos tipos de necessidade educacional especial na sala de aula no ensino regular. Isto é, nessa escola são atendidas crianças com Deficiência Auditiva, com Síndrome de Down, com Deficiência Física, com Deficiência Intelectual, e crianças com Autismo. Na Escola Municipal de Ipatinga há diversos tipos de deficiências com crianças dentro da sala de aula no ensino regular, uma sala de alfabetização para surdos e também surdos na sala com acompanhamento de intérprete. Crianças com Síndrome de Down, doenças intelectuais, cadeirantes, transtornos, autistas, etc.

O atendimento é a maior neste aspecto com estrutura adaptada com rampas e modificações estão sendo feitas nos banheiros.

Estão matriculados nesta escola 80 crianças com necessidades especiais com laudo, e tem um trabalho rico com a inclusão, professores estagiários de pedagogia e psicólogos que tem feito um bom trabalho nos acompanhamentos individualizado dentro e fora de sala.

A escolha por esta instituição analisada ocorreu considerando o número de alunos com NEE e a variedade dessas necessidades atendidas.

A escola tem 1 secretaria, 1 sala da direção, 1 sala do coordenador, 1 cantina, 1 biblioteca com televisão, vídeo, retro projetor, 1 sala de alfabetização surdos, 2 sala mais educação, sala de materiais, 11 salas para ensino regular e incluídos, banheiro que está em reforma para adaptações, sala dos professores com 2 banheiros, 1 sala do atendimento AEE, quadra com cobertura, parquinho.

Funciona em 2 turnos matutino/ vespertino do 1º ao 5º ano com 19 professores em cada turno: 11 professor regente sala, 3 P3, 1 reforço do 4º e 5º ano, 1 regente da sala dos surdos, 1 professor interprete de libras na sala, 1 professor biblioteca e literatura, diretor e vice, coordenador geral, coordenador de surdos, e 2 professor do Mais Educação, 1 secretaria, 4 estagiários acompanhantes de alunos especiais o dia todo. Tem 2 cantineiras e 3 na limpeza.

4.3 - Participantes

Os participantes da pesquisa foram os profissionais que atuam diretamente com alunos com NEE sendo 1 professor da sala de aula regular, 1 professor acompanhante de apoio de aluno com síndrome de down, um coordenador pedagógico e totalizando assim, 3 participantes. Critério de seleção dos participantes é que neste ano todas as professoras entrevistadas tem crianças com NEE em suas salas. Nesta escola a maioria dos professores já tiveram em suas salas crianças com deficiência e cada ano um professor que ainda não recebeu pode receber uma dessas crianças. E a coordenadora que convive com cada situação da escola.

A coleta das informações foi realizada em uma escola Municipal da cidade de Ipatinga/MG. Para isso foi solicitada autorização à diretoria da escola para a realização da

pesquisa. Depois de concedida a permissão, foi feita uma explanação aos docentes com o propósito de esclarecer os objetivos e a relevância da pesquisa.

Quanto a formação a professora de sala regente formada em pedagogia e cursos na área de inclusão e pós-graduada em Educação especial, a professora acompanhantes de 1 aluno com Síndrome de Down, tem pedagogia, e pós em Educação especial a coordenadora em pedagogia.

4.4 - Materiais

Os recursos materiais utilizados para a construção, organização e análise das informações foram papel, caneta e o note book para registros das perguntas, para entrevista usei gravador de celular, 01 impressora, folhas de papel A4; e registros da resposta na folha.

4.5 - Instrumentos da construção dos dados

Para construção dos dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada. A entrevista é fonte de informação e tem por objetivo a investigação de um determinado assunto. Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como características questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.

O roteiro de perguntas serviu enquanto uma ferramenta interativa a fim de provocar a expressão dos sujeitos envolvidos, de modo mais objetivo e preciso, sendo composto de perguntas abertas e fechadas, a fim de investigar seus dados pessoais, sua formação, e sua experiência docente. A entrevista semiestruturada foi utilizada a fim de investigar 2 eixos norteadores da pesquisa: (a) a situação real da escola no que se refere ao processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no contexto da educação inclusiva nas primeiras series do ensino fundamental; e (b) a situação ideal do processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais no contexto da educação inclusiva nas primeiras series do ensino fundamental. Na situação real buscou identificar as estratégias utilizadas pela escola para promover o processo de inclusão escolar, bem como o apoio e preparo pedagógico para trabalhar com o processo de inclusão escolar.

4.6 - Procedimentos de Construção de Dados

Os dados deste estudo foram construídos pela própria pesquisadora, em um período de 3 semanas, no mês de setembro de 2015, e consistiu de 3 fases. Na primeira, o objetivo foi apresentar a proposta de pesquisa para a direção escolar a fim de obter a autorização para a sua realização, bem como obter o Projeto Pedagógico da Escola para a sua melhor caracterização nesta pesquisa. Na segunda, o objetivo foi apresentar a proposta da pesquisa para as professoras selecionadas pela direção escolar considerando a disponibilidade delas para participarem do estudo, bem como apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado em duas vias. Neste momento foi acordado em qual dia/horário seria aplicado o questionário e realizada a entrevista com cada uma delas. Na terceira, e última fase, foi aplicada uma entrevista com cada uma das participantes, em separado, com o objetivo de descrever e analisar a situação real e ideal do processo de inclusão escolar vivenciado pela escola.

4.7 - Procedimentos de Análise de Dados

Todas as entrevistas transcritas foram submetidas à técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) e, em seguida, o material passou por uma categorização, conforme os passos de construção do Sistema de Categorias Integrado proposto por Dessen e Cerqueira-Silva (2009). Este procedimento envolveu quatro etapas, a saber: a) seleção e exploração do material (pré-análise); b) codificação; c) agrupamento e reagrupamento de temas; e d) definição das categorias empíricas (tratamento, inferência e interpretação dos resultados). Neste tipo de análise não há categorias prévias, sendo elas retiradas do material empírico analisado. Este procedimento de análise dos dados das entrevistas foi realizado em diferentes etapas, que serão descritas a seguir. A primeira etapa realizada para a Análise de Conteúdo de cada uma das entrevistas foi:

I. Seleção e exploração do material (pré-análise)

Após a transcrição das entrevistas selecionou-se um grupo de participantes para que suas entrevistas fossem analisadas. Assim, as entrevistas com os professores foram

escolhidas para o início das análises. A partir disso, foi realizada a leitura de cada uma dessas entrevistas.

II. Codificação (exploração do material)

Nesta etapa o pesquisador identificou e marcou os temas no texto, na própria transcrição digital.

III. Agrupamento dos temas (categorização)

Após a leitura dos temas observados na entrevista, foram identificados aqueles que possuem semelhança ou que estão relacionados entre si. Esse agrupamento foi realizado de modo a envolver o maior número possível de temas. Ao final, cada um desses agrupamentos resultou em uma categoria, a qual obedeceu aos seguintes critérios:

- a) Exclusão mútua: exige a ausência de ambiguidade e/ou superposição das categorias. Isso indica que uma categoria não pode estar contida ou relacionada com outra, devendo essas ser mutuamente excludentes;
- b) Homogeneidade: exige que todos os temas agrupados tenham uma relação entre si, mesmo que seja por oposição ou complementação. Cada categoria, então, deve ser capaz de incluir todas as particularidades possíveis de um conjunto de temas;
- c) Pertinência: exige que a análise realizada corresponda ao que melhor explique ou caracterize o objeto de pesquisa.

Esse processo de categorização pressupõe a elaboração de várias versões do sistema; as primeiras são aproximativas, sendo lapidadas e enriquecidas para tornarem-se mais completas e satisfatórias (PUGLISI; FRANCO, 2005).

IV. Definição e validação das categorias empíricas

Para garantir que as categorias criadas fossem válidas e objetivas, recomenda-se que seja feita uma análise de juízes. Essa análise envolveu outro pesquisador, com experiência em análise de conteúdo, que deve realizar os três passos acima descritos para a mesma entrevista. Ambas as análises foram comparadas para verificar se havia concordância entre elas; caso contrário, ocorria uma discussão até que se chegasse a um consenso quanto às categorias identificadas e seus respectivos temas. A partir dessa

análise, Foi garantida a objetividade da categorização, cujo princípio básico é criar categorias que possam ser observadas igualmente por outro avaliador.

A tabela 1 apresenta O modelo de organização dos dados para análise de cada uma das entrevistas, conforme as etapas percorridas até este momento.

Tabela 1. Modelo de Organização dos Dados para Análise de Cada uma das Entrevistas

Categoria	Tema	SUBTEMA	Verbalização
1.			
2.			

Portanto, após a finalização das quatro primeiras etapas de análise para todas as entrevistas do grupo de professores, iniciou-se o processo de análise das entrevistas em conjunto – Etapa 2. As etapas para essa análise foram: (a) formação das categorias síntese; (b) classificação dos temas; e (c) definição das categorias.

I. Formação das categorias síntese

Em um primeiro momento, foram lidas as categorizações de todas as entrevistas do grupo. Em seguida, foram eleitas as categorias mais representativas daquele grupo, estando presentes na maioria das entrevistas realizadas. Essas são camadas de *categorias síntese*.

II. Classificação dos temas

Concluído o sistema inicial, composto pelas categorias síntese, FOI realizada a classificação dos temas de todas as entrevistas do grupo dentro desse sistema. Nessa classificação, foram incluídos os temas que representam cada uma das categorias, presentes nas entrevistas já analisadas do grupo e suas respectivas verbalizações. Para isso, uma mesma tabela, contendo as verbalizações, os temas, subtemas e as categorias, foi desenvolvida. Contudo, neste momento, a tabela foi formada pelas categorias síntese e contendo verbalizações de todas as entrevistas.

Tabela 2. Tabela Utilizada para a Organização dos Dados na Formação das Categorias Síntese

Categoria	Tema	SUBTEMA	Verbalização
-----------	------	---------	--------------

1.			
2.			

IV. Definição das categorias

Esta etapa consistiu em definir cada uma das categorias formadas (inferência). Tanto a definição quanto o nome da categoria foram baseados na própria fala dos entrevistados. Isso significa que ambos advêm do conteúdo verbalizado, sendo que a definição contempla um conjunto de relatos que expressam e explicam o que está contido na categoria síntese. .

A análise dos questionários e a análise descritiva das informações pesquisadas foi analisado considerando as respostas fornecidas sobre a caracterização dos participantes: identificação, formação acadêmica, formação continuada, experiência docente.

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados e suas respectivas discussões, com base na literatura, são apresentados em duas seções, integrando os diferentes instrumentos de construção de dados utilizados (entrevista e questionário) sobre o Processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais e considerando os diferentes temas investigados por meio das entrevistas. Sendo assim, as informações referentes ao processo de inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais serão apresentadas considerando dois eixos norteadores desta pesquisa: Situação Real e Situação Ideal.

Na primeira seção serão apresentados os resultados referentes à Situação Real, destacando os seguintes tópicos investigados: (a) Os professores envolvidos com o processo de inclusão escolar se sentem preparados e apoiados pedagogicamente para trabalharem com esse processo?; (b) Como é aceitação das crianças com NEE no ensino regular; (c) As estratégias utilizadas pela escola (professores, coordenador pedagógico,) para promover o processo de inclusão escolar nas primeiras series do ensino fundamental; (d) A contribuição do professor de AEE e da família para a promoção da inclusão escolar; (e) A aprendizagem e desenvolvimento do aluno com NEE; (f) A experiência docente no processo de inclusão escolar.

Na segunda seção serão apresentados os resultados referentes à Situação Ideal do processo de inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais no contexto da educação inclusiva nas primeiras series do ensino fundamental. Isto é, o que os professores consideram como sendo o “desejado”, o que é “idealizado” quanto ao processo de inclusão escolar.

SITUAÇÃO REAL

A - Os professores envolvidos com o processo de inclusão escolar se sentem preparados e apoiados pedagogicamente para trabalharem com esse processo? A inclusão cada dia tem alcançado novos rumos, aceitando melhor as diferenças, e o Brasil esta caminhando para processo de verdadeira inclusão e os professores a maioria não estão preparados, mas empenhados neste trabalho.

A respeito do processo de inclusão da criança com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais, inicialmente, foi identificado o que os professores entrevistados comentaram sobre o que pensam em relação à **inclusão**. Neste sentido, para

eles a inclusão implica em “aceitar as diferenças”, (n=1) *“Para mim é aceitar as diferenças e o Brasil ainda esta caminhando para processo de verdadeira inclusão”* oferecer apoio para o desenvolvimento cognitivo, (n=2) *“Acompanhamento de apoio para auxiliar o seu desenvolvimento cognitivo”*. melhor atender esses alunos” (n=2): *“1º mudança: trocar estagiários da saúde pelos profissionais da educação, ter terapeutas nas escolas”*. E também Adaptação curricular, Acessibilidade, Quebrar preconceitos (n=1) *“Adaptação curricular, acessibilidade e até mesmo quebrar preconceitos. Identificar a verdadeira necessidade do aluno (n=1) “Identificar qual a verdadeira necessidade desse aluno o que devemos ensinar e fazer um trabalho voltada as suas necessidades”*. (n=3) *“Trabalhar superando as dificuldades, sem preconceito, com o objetivo a inserção das crianças com NEE”*. (n=1) *“Sim tive que adaptar conteúdos a deficiência do aluno. todo planejamento voltado a para o aluno ”*. (n=2) *“Sim procuramos entender seu grau de necessidade e atividade dentro da sua capacidade, quando possível ”*. E ainda analisando a inclusão o professor comentou: Superar as dificuldades (n=1) *“Tento conseguir superar as dificuldades que surgem com os alunos especiais, mas que não sabemos ainda como devemos avaliá-los durante o processo”*. Avaliar as dificuldades dos alunos(n=1) *“Outra questão é a avaliação para atender as inúmeras dificuldades”*. Atende necessidades do aluno (n=3) *“Sim os professores atendem as necessidades dentro das possibilidades alcançadas”*. Outro aspecto positivo da inclusão é que foi comentado que o professor adapta sua aula e faz um trabalho diferenciado com o aluno NEE (n=1) *“Sim tive que adaptar conteúdos a deficiência do aluno. todo planejamento voltado a para o aluno”*. Trabalho diferenciado (n=1) *“Muito amor e dedicação, Ser capaz de realizar um trabalho diferenciado na vida desses alunos”*.

Portanto, quanto a atuação do professor na inclusão foram considerados professores capacitados e não capacitados, mas acredita-se que a formação dos professores é necessária, pois eles precisam aprender sobre cada criança dentro de cada particularidade para que possa alcançar a aprendizagem dessas crianças e o potencial de cada uma. Na interpretação de FREITAS (2008 p.25) *“é necessário que os professores e as escolas estejam convencidos da necessidade e da viabilidade de transformação da sua prática, para que busquem construir condições adequadas ao trabalho de inclusão de todos os alunos.”*

B - Como é aceitação das crianças com NEE no ensino regular

Quanto a **Aceitação das crianças com NEE**, os alunos interagem diz a professora entrevistada é *“Normal, Boa aceitação dos colegas”* (n=1) - *“Quase sempre de forma normal.”* (n=2) - *“Há uma boa aceitação de todos, cuidado, carinho”*(n=3). Quanto a **Atuação do Professor** os entrevistados consideraram professores capacitados (n=2) *“sim, alguns profissionais estão aptos”*. E outros professores não capacitados (n=1) *“alguns sem formação adequadas mas empenhados e dedicados.”*. Outra pergunta foi feita em relação ao aluno, como professor na sala de aula tem trabalhado com o aluno com NEE. (n=2) *“Proposta: olhar otimista respeitando as diferenças enfrentando as dificuldades de cada um”*. (n=3) *“Aceitando as diferenças. Ser compreensivo”*.

C - As estratégias utilizadas pela escola (professores, coordenador pedagógico,) para promover o processo de inclusão escolar nas primeiras series do ensino fundamental.

Quanto as estratégias usadas pelo professor para trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais, de acordo com as entrevistas foi possível identificar: *“Identificar qual a verdadeira necessidade desse aluno o que devemos ensinar e fazer um trabalho voltada as suas necessidades”*. *“Estratégias: atividades diferenciadas usando material concreto”*. *“Estar trabalhando em prol da inclusão com atividades diferenciadas de acordo com a capacidade de cada um”*. Assim, o professor identifica qual a verdadeira necessidade desse aluno, o que se deve ensinar, e fazer um trabalho voltado as suas necessidades com atividades diferenciadas de acordo com a capacidade de cada um.

Quanto a atuação do professor, ele deve conhecer melhor as condições de cada aluno (n=3) - *“Conhecendo melhor seu aluno, as condições que ele se encontra e sua capacidade de aprendizagem, a proposta pedagógica e o grau de dificuldade”*.

A respeito de como trabalhar diante da proposta de inclusão, as entrevistadas disseram: *“Respeitar o próximo com as suas diferenças, sem preconceito, mesmo diante das dificuldades que são muitas”*. O que demonstra o reconhecimento das dificuldades dos mesmos e ao mesmo a valorização do ensino na diversidade.

Quanto às estratégias usadas com os alunos com Síndrome de Down, como saber que eles estão aprendendo, elas responderam que utilizam material concreto, realizam acompanhamento individual e a avaliação é cotidiana, ilustram as seguintes verbalizações: *“trabalhar com material concreto”*; *“Acompanhamento individual verificando seu aprendizado”*; *“Avaliação cotidiana feita todos os dias”*.

Quanto a diferença de trabalhar com crianças com Síndrome de Down ou outra deficiência, as entrevistadas responderam que demandam mais atenção, a dificuldade que apresentam varia em função da deficiência presente e que esses alunos interagem bem com os colegas. As seguintes verbalizações ilustram essas informações: *“não, só alguns necessitam mais atenção”*; *“cada um possui a sua dificuldade de acordo com o grau da deficiência, o síndrome de Down tem melhor desenvolvimento e outras com TGD não tem bom desenvolvimento”*; *“Síndrome Down interage bem com os colegas”*.

Os resultados em relação as estratégias utilizadas pela escola (professores, coordenador pedagógico,) para promover o processo de inclusão escolar nas primeiras series do ensino fundamental mostram que as professoras, neste momento, tem um mesmo pensamento, ou seja, identificam a necessidade desse aluno fazendo um trabalho voltada as suas necessidades com atividades diferenciadas. Reconhecem que também precisa conhecer melhor seu aluno, as condições que ele se encontra e sua capacidade de aprendizagem, e que a professora precisa realizar atividades de acordo com a capacidade do aluno.

D - A contribuição do professor de AEE e da família para a promoção da inclusão escolar

Quanto a Contribuição do Professor de AEE na inclusão foi possível identificar que o Professor de AEE contribui: *“O professor de apoio AEE é um facilitador, contribuindo para aprendizagem desses alunos”*; *“Sim Contribui muito, apesar de pouca ajuda devido a demanda, é pouco o tempo disponível pelo atendimento AEE. Tem sim um bom resultado”*. Além disso, que ele contribui analisando as crianças: *“O professor do AEE contribui ajudando na análise das crianças”*. Contribui trabalhando com material concreto: *“Trabalhando com material concreto para aprendizagem desses alunos”*.

Quanto a Contribuição da família dos alunos no processo de desenvolvimento e aprendizagem, foi identificado que a Família é importante e deve estar ao lado da escola: *“família é um canal muito importante entre a escola e esses alunos, pois deve caminhar lado á lado uma parceria sempre”*. Bossa (1998) ressalta que mais do que responsáveis pela qualidade de vida, os pais são construtores do aparelho psíquico dos seus filhos. Nascendo numa condição de total incompletude, o ser humano depende totalmente dos adultos que estão a sua volta, especialmente de seus pais ou daqueles que fazem função paterna e materna.

Além disso, comentaram que tem pais bem preparados para lidar com o filho: *“Tem pais que sim, são bem preparados com a situação do filho”*. Apesar disso, também foi comentado que a Família Não Contribui e traz problemas: *“Mas outros pais não conseguem entender o processo de inclusão e acabam trazendo alguns problemas”*.

Quanto à participação da família, é possível identificar que as entrevistadas consideraram que é de grande contribuição na vida escolar dos filhos, mas depende de cada família, pois umas participam mais que outras, é importante um trabalho com parceria para uma melhor realização e desempenho deste aluno.

“A participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é imprescindível a sua participação para que a continuidade da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É importante sua participação, pois assim a família irá exercer sua cidadania e funcionará como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender a ser.” (SANTOS, 1999, p. 78)

E - A Aprendizagem e Desenvolvimento dos alunos

Quanto aprendizagem e desenvolvimento do aluno com NEE foi identificado que o docente realiza adaptações: *“Fazendo adaptações na aula utilizando intervenções para não da intervir no planejamento. Quando è uma deficiência que da para acompanhar uso a mesmo atividade porém trabalhando de forma diferenciada com objetivo de atender meus alunos especiais”*. Além disso, o professor também realiza acompanhamento individual - *“Acompanhamento individual verificando seu aprendizado”*; avaliação diária - *“Avaliação cotidiana feita todos os dias”*. Portanto, nota-se que as verbalizações ilustram um conteúdo referente ao ensino e não quanto a aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

Em relação à aprendizagem e desenvolvimento do aluno com Síndrome de Dow, especificamente, foi comentado que a criança precisa de mais atenção - *“Que alguns necessitam de uma atenção maior, carinho e atenção”*; que se desenvolvem - *“Sim. Cada um tem sua dificuldade, a criança síndrome de Down tem bom desenvolvimento e o aluno TGD não possui bom desenvolvimento”*; que precisam de atendimento diferenciado - *“Atendimento diferenciado com conversa, apoio pedagógico”*; que precisam de tempo

maior - *“Entender que eles precisam de um tempo maior”*; que precisam de repetições e material concreto - *“Sim, uma turma regular tem mais dinamismos. Os alunos com necessidades precisam trabalhar com muito mais repetições e material concreto”*. De acordo com as ideias de Skinner (2005), pode-se dizer que aprendizagem é uma mudança na probabilidade da resposta, devendo especificar as condições sob as quais ela acontece. Além disso, consideraram que esses alunos apresentam bom comportamento e interagem bem - *“Os alunos com síndrome aqui desta escola tem um bom comportamento e interage bem com os colegas”*; embora demorem mais para aprender – Segundo Bock (1999) A aprendizagem é um processo que se dá no decorrer de toda vida do ser humano, permitindo-lhe adquirir algo novo em qualquer idade, porém, o ser humano só estará apto para aprender novos conteúdos a partir da aquisição de noções básicas, que servirão como pontos de ancoragem sempre que algum conteúdo novo for aprendido. *“Mas suas linguagem geralmente são reduzidas, demora para aprender algo novo”*. Para finalizar consideraram que a aprendizagem deles exige um ensino/acompanhamento individual - *“Conhecendo como se dá ensino aprendizagem de cada aluno. Um planejamento que atende todos, mas verificando o grau de dificuldade de cada um”*. Skinner (1972, p.4) expõe que *“Três são as variáveis que compõem as chamadas contingências de reforço, sob as quais há aprendizagem: (1) a ocasião em que o comportamento ocorre, (2) o próprio comportamento e (3) as consequências do comportamento”*.

Quanto a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, os professores acreditam que o aluno tem um desenvolvimento mais lentos e os trabalhos com eles serem diferenciados, com muitas intervenções pedagógicas respeitando seu tempo. Responderam que fazem adaptações no planejamento procurando a individualidade e capacidade do aluno. Atendimento diferenciado, ao parecer de Freitas, (2008, p.64-65) diz que *“o professor precisa se informar sobre as características de seu aluno, e, principalmente, ser orientado a refletir sobre as suas atitudes, além de ser incentivado a transformá-las, em benefício de todos: professor e aluno”*. O professor precisa observar as potencialidades das crianças deficientes desenvolvendo atividades dentro das suas capacidades, porque sabe-se que seu desenvolvimento é lento e eles precisam de um tempo maior, com conversa, repetições principalmente a criança com Síndrome de Down. A avaliação cotidiana feita todos os dias para verificar suas aprendizagens Na criança com Síndrome de Down este trabalho é mais atenção, amor e carinho, maior tempo, e material concreto.

Segundo Fonseca (1995, p.40), a aprendizagem põe em jogo uma relação integrada entre o indivíduo e seu meio, isto é, coloca uma relação inteligível entre condições externas e internas, ou melhor, desencadeia um processo sensório-neuropsicológico entre a situação, externa, e a ação, interna.

Segundo Fonseca (1995, p.49), a criança com Down não necessita de caridade, nem de assistencialismo, o que ela precisa para se desenvolver é de um conjunto de todas as variáveis que permeiam a educação convencional e a da família, onde sejam respeitados seus limites e haja a estimulação necessária para seu desenvolvimento intelectual. Ao defender que “o verdadeiro curso do desenvolvimento do pensamento não vai do individual para o socializado, mas do social para o individual” (Vygotsky, 1987, p.18), o autor define sua tese principal, ou seja, a de que as origens das formas superiores de comportamento consciente deveriam ser encontradas nas relações sociais que o indivíduo estabelece com o mundo exterior..

F - A experiência docente no processo de inclusão escolar

Quanto a experiência docente no processo de inclusão escolar foi perguntado como foi a sua primeira experiência com o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais, e as entrevistadas responderam que foi de grande contribuição, que aprenderam e reconheceram que as crianças se superam, conforme mostra as seguintes verbalizações: *“Foi de grande contribuição para o meu aprendizado”*; *“Minha 1ª experiência na APE com a turma de 12 a 18 anos (formando cidadão)”*; *“Contribuiu para eu redescobri e ver que as crianças diante das dificuldades se superam”*. Além disso, comentaram que com a experiência descobriram a necessidade de realizar maior planejamento das aulas: *“Sim, tive que adaptar conteúdos a deficiência do aluno, todo planejamento voltado para o aluno”*. O que tem aprendido com o aluno com necessidades educacionais especiais, elas falaram que eles surpreendem, que deve haver respeito e amor, e que eles são vencedores: *“Que eles se surpreendem a cada dia”*; *“Paciência e respeito com o tempo de cada um”*; *“Que eles são vencedores, lutam para andar, comer, falar e escutar”*. De acordo com as entrevistas elas responderam que foi de grande contribuição para o seu aprendizado disse que diante do processo de inclusão já passaram por muitas situações, experiências significativas, mas outras de grandes batalhas. As entrevistadas disseram que cresceram diante dos anos trabalhados, que redescobriram, que elas cresceram com experiências vividas no seu dia dia. Tiveram que mudar as aulas, fizeram mudanças no planejamento,

adaptaram conteúdos. E disse mais que atende as deficiências dentro das suas possibilidades, conhecendo seu aluno. E diante das experiências elas surpreendem cada dia, e o conceito dado para essas crianças que elas são vencedoras. Skinner (1972) procurou separar ainda mais a função de um professor na aquisição da aprendizagem de um sujeito ao apontar que este deve arranjar contingências de reforço. Assim, o professor deve fornecer situações indicando o que deve ser observado ou adquirido na experiência, de modo que o sujeito possa emitir e/ou exercitar os comportamentos que se pretende ser ensinado.

Quanto a formação em educação especial, o quanto contribui para o trabalho no processo de inclusão, comentaram que contribui: *“Contribui para melhorar e aperfeiçoar o meu trabalho”*; *“Melhorar a minha aprendizagem e compreender esses alunos, ter paciência e amor”*; *“Ser capaz de realizar um trabalho diferenciado na vida desses alunos.*

Incluir é ideia de conquista de algo e a inclusão vem ao longo dos anos buscando ações que garantam o acesso e a permanência do aluno com NEE no ensino regular. O Brasil caminha para esta verdadeira inclusão na perspectiva de melhor atender esse aluno, promovendo adaptação curricular, e quebrando preconceitos. A realidade é que se enfrenta muitos desafios na busca de trabalho com a diversidade. Segundo Mantoan, (2006) Os princípios da inclusão escolar vão muito além de informações teóricas ou de respaldos legislativos. Para que uma verdadeira inclusão aconteça é necessária a mudança de valores da sociedade como um todo, tanto dos pais quanto dos educadores e comunidade.

SITUAÇÃO IDEAL

A situação ideal (desejado) do processo de inclusão escolar do aluno com NEE no contexto da educação inclusiva nas series iniciais do ensino fundamental.

Ao perguntar o que é necessário para o professor atuar com alunos com necessidades educacionais especiais as entrevistadas responderam que o atendimento deve ser diversificado, precisa ter paciência e amor, e que precisa atualizar os conhecimentos, conforme mostram as seguintes verbalizações: *“Atendimento diversificado com conversa, apoio pedagógico”*; *“Paciência, amor, solidariedade, sabedoria, atualizando seu conhecimento”*.

Quanto às mudanças na escola para melhor atender esses alunos, elas acreditam que precisa mais preparo do professor, promover acessibilidade e realizar adaptação curricular,

e diferenciar integração de inclusão escolar, conforme mostram as verbalizações seguintes: *“Melhor preparo para o professor, acessibilidade, adaptação curricular”*; *“Procurar entender a diferença do processo de inclusão e da integração”*.

Se uma escola só pode ser considerada inclusiva quando tem crianças com deficiência, as entrevistadas responderam que incluir é ir além, precisa aceitar as diferenças, como mostram as verbalizações seguintes: *“Incluir é ir além de aceitar as deficiências e sim as diferenças, tais com cor, pensamento, atitudes”*; *“Educação inclusiva é para todos, pois incluir é aceitar as diferenças”*; *“A escola é inclusiva desde que aceita as diferenças sem preconceito”*.

A Declaração de Salamanca (1994) coloca que a educação das crianças com necessidades educativas especiais é uma tarefa compartilhada por pais e por profissionais. O desejado no processo de inclusão é um trabalho diversificado, uma tarefa compartilhada entre escola, professores, pais, sociedade, repensar na formação de professores com o intuito de prepará-los para receber e educar as crianças com deficiências, novos incentivos na política pública. O professor de uma escola inclusiva não pode vivenciar um papel onde é um mero executor de currículos e programas predeterminados. *“Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.”* (SASSAKI, 2003, p. 47).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nas séries iniciais do ensino fundamental. Este processo envolve adequação da sociedade às necessidades, e como ponto de partida uma mudança na mentalidade, comportamento e atitudes das pessoas. A preocupação com a educação vai além da educação inclusiva, como destaque a necessidade de pensar na inclusão social, na aceitação da diversidade humana em geral.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina que todas as crianças devem sempre que for possível aprender juntas independentemente de suas dificuldades e diferenças supondo que todas são capazes de aprender.

A educação especial merece muita atenção dos profissionais da educação, visto que este tema coloca em debate as expectativas mais frágeis da educação brasileira. Ela tem por objetivo oferecer ensino aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, nas escolas regulares de ensino.

Apesar dos avanços dos últimos anos a educação inclusiva é um movimento social que desafia a escola, pais e professores na luta da diversidade, para que a sociedade se torne assim mais democrática e justa. A declaração de Salamanca – Documento sobre a educação inclusiva de 1994 – estabelece que a educação inclusiva é aquela que contempla outras necessidades educacionais especiais: crianças com dificuldades na aprendizagem, aquelas que sofrem exploração sexual, vivem em condições de pobreza, vítimas de guerras ou conflitos, os superdotados, etc.

Os resultados revelaram que as professoras entrevistadas conceituam a inclusão escolar como aceitação das diferenças, é incluir os alunos com necessidades educacionais especiais em todos os segmentos é uma forma de aceitá-los como eles são. Não importa que tipo de deficiência eles carreguem, o importante é dar a eles oportunidades para que se sintam valorizados. A Declaração de Salamanca no processo de inclusão nos demonstra uma inclusão social que atinge a todos e não somente aos deficientes e isso é uma situação que tem de ser compreendida por todos. A inclusão é uma oportunidade das pessoas com necessidades educacionais especiais terem acesso ao ensino regular, para desenvolverem suas capacidades de acordo com suas deficiências é o momento da socialização. Sabe-se que as pessoas estão mais envolvidas, buscando mais conhecimento, buscando saber mais sobre Necessidades educacionais Especiais. E aceitação dessas crianças no ensino regular

tem sido mais aceitável pelos colegas, tem-se respeito, um bom convívio e relacionamento entre colegas. E sobre que os professores pensam sobre a inclusão as entrevistas nos mostraram que eles aceitam este trabalho diversificado com as diferenças e procuram aprender e entender as NEE de seus alunos e procuram atender as necessidades fazendo um plano de aula de acordo com as possibilidades de cada um. Quanto as estratégias usadas procura conhecer o seu aluno e trabalha com adaptações de atividades, procura conhecer as condições de aprendizagem do aluno usando sempre que possível o material concreto. Os professores afirmaram que para trabalhar com NEE tem que adaptar as aulas verificando a necessidade de cada criança.

Em relação a contribuição do AEE é uma ajuda muito boa, apoia o professor conhecer e analisar as condições e NEE do aluno, é um trabalho de parceria. E a contribuição da família é o elo a corrente entre aluno/escola/aprendizagem.

Quanto a aprendizagem cada aluno tem seu tempo, aprendizagem lenta, alguns precisam de mais atenção, a aprendizagem acontece de acordo suas capacidades e interação aluno/professor e segue com o tempo do aluno. E as experiências docentes fazem os professores crescer diante de novos conhecimentos, mesmo aquelas que não têm especialização aprendem com suas experiências e convívio do dia a dia. Mas a formação especial é importante, contribui para que o professor conheça mais sobre a limitação apresentada pelo aluno.

A situação ideal no contexto da inclusão é o desejado para que concretize uma verdadeira inclusão, percebe-se que ainda falta algumas observações para que realmente aconteça esta inclusão, há algumas escolas que os deficientes estão simplesmente integrados, e ainda há pessoas que não entenderam este processo. Por fim a Educação Inclusiva é um longo caminho a ser percorrido até alcançarmos a inclusão de todos com necessidades educativas especiais em um processo de inclusão escolar de qualidade.

Com esta pesquisa defendo que sejam respeitadas as pessoas com deficiência as suas diferenças e necessidades e ela possam ser realmente incluídas na educação, nas salas de aulas, na sociedade e na própria família. Defendo uma educação voltada para inclusão com políticas públicas, com professores capacitados e envolvidos neste processo, a valorização, o envolvimento e o respeito às famílias que crianças com NEE, suas escolhas e decisões. Peço a todos profissionais que atuam na educação com um olhar diferenciado, especial, com amor para essa crianças e refletir sua pratica no dia dia e ter capacidade de saber o que cada uma é capaz, desenvolver sua habilidades, acreditar em seu potencial.

Esta pesquisa é muito importante para mim, pois pude perceber na pesquisa de campo, experiências de inclusão de criança com necessidades especiais no ensino no regular, aliás, trouxe um novo olhar sobre a deficiência na minha formação. E gostaria que cada um repensasse na inclusão com este mesmo olhar.

REFERÊNCIAS

BEYER, H.O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, L.T. M. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOSSA, DRA. N. A. "**Do nascimento ao início da Vida Escolar: o que fazer para os filhos darem certo ?**" in Revista Psicopedagogia. Vol. 17, São Paulo, Salesianas 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Brasil/MEC/SEESP (1998) **Necessidades Especiais na Sala de Aula**. Atualidades Pedagógicas, vol 2.

Brasil/MJ/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/CORDE (1994) **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853**, de 24 de outubro de 1989.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000.**

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.**

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

CHALITA, Gabriel. **Educação. A solução está no afeto.** São Paulo. Editora Gente, 2004.

DESSEN, M.A.; CERQUEIRA-SILVA S. **Desenvolvendo sistemas de categorias com dados de entrevistas** In: Pesquisando a Família ed. Curitiba: Juruá, 2009, v.1, p. 43-56

FACION, José Raimundo et al. **Inclusão escolar e suas implicações.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2009.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: programa de estimulação precoce - uma introdução às idéias de Feuerstein;** 2.ed. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências:** uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GLAT, R.; FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G.; SENNA, I. A. G. **Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil.** Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disponível em: <<http://www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva>>. Acesso em: 21 nov.2003.

GLAT, R.; FONTES, R. de S.; PLETSCHE, M. D. **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino.** *Revista Inclusão Social*, Duque de Caxias, RJ, n. 6, p. 13-33, nov. 2006. *ESPAÇO – Informativo Técnico do INES*, no. 11, jun./99, p. 40-43.

MACHADO, Rosângela. **A (des)integração do aluno portador de deficiência na rede regular de ensino de Florianópolis**, 1998. Monografia (Especialização em Atividade Motora Adaptada). Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina.

MACHADO, L. M.; LABEGALINI, A. C. F. B. **A educação inclusiva na legislação de ensino.** Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão.** In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvine. *Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2010, cap. 3, p. 73-101.

MANTOAN, Maria. Teresa. E. **Análise do documento – Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações curriculares/estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** FE/UNICAMP: 1998. (mimeo).

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?** Moderna, 2006.

MENDES, E.G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil.** In: PALHARES, M. & MARINS, S. (orgs.) *Escola Inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar, p. 61-85, 2002 a.

VIGOTSKY, Leontiev. **A formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1987.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos.** 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003

SANTOS, Boaventura de Souza. **Entrevista com Prof. Boaventura de Souza Santos.** (On line). Disponível: <http://www.dhi.uem.br/jurandir/jurandir-boaven1.htm>, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O todo é igual a cada uma das partes.** In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1999.

SCHWARTZMAN, J. S. (Ed.) (1999). **Síndrome de Down.** São Paulo: Memnon.

SKINNER, Burrhus Frederic. (1972). **Tecnologia do ensino**. (Rodolpho Azzi, Trad.). São Paulo: Herder, Ed. da universidade São Paulo, 1972.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIGOTSKY, Leontiev. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer eu existo: um livro sobre pessoas com síndrome de down**. 4a.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O PROFESSOR E COORDENADOR.

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é Inclusão de alunos Necessidades Educacionais Especiais na Escola Regular e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Elsa da Silva Firmino

IDENTIFICAÇÃO

1 – Qual o seu nome?

2 - Qual a sua idade?

3 – Qual município reside?

4 - Formação:

() Magistério

() Especialização em educação inclusiva

() Superior _____

() Outros _____

3 - Há quanto tempo você trabalha como professora?

4

SEÇÃO 1 - SITUAÇÃO REAL DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A - O QUE OS PROFESSORES PENSAM SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.

1-O que você entende por inclusão escolar?

B- E A ACEITAÇÃO DAS CRIANÇAS COM NEE NO ENSINO REGULAR

1 - Como os alunos com **NEE** (Necessidades Educacionais Especiais) interagem com os demais alunos dentro de sala de aula?

2- A escola tem condições físicas e professores preparados para aceitar crianças com necessidades educacionais especiais?

3- Os professores estão preparados para trabalho com alunos com NEE?

C - ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA PROMOVER O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.

1 – Quais estratégias utilizadas na instituição para promover o processo de inclusão?

2 - como os professores estão trabalhando com os alunos com necessidades educacionais especiais?

3 - como os professores estão trabalhando diante da proposta da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais?

4- Como você identifica que seu aluno com síndrome de down está aprendendo e se desenvolvendo?

5- Você considera as estratégias elaboradas por você eficazes para a inclusão dos alunos com síndrome de down?

D - E A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DE AEE E DA FAMÍLIA PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

1 - Qual a contribuição da família dos alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) no processo de desenvolvimento e aprendizagem escolar?

2 - Qual a contribuição do professor mediador (AEE) dos alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) no processo de desenvolvimento e aprendizagem escolar?

E - APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

1- Como acontece o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular?

2- Como acontece o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com Síndrome down no ensino regular?

3-Como você identifica que seu aluno com síndrome de down está aprendendo e se desenvolvendo?

4 - Existe alguma diferença entre dar aulas para alunos com síndrome de Down ou outras deficiências? O que você sabe a respeito do Síndrome de Down?

F - E A EXPERIÊNCIA DOCENTE NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

1- Como foi a sua primeira experiência com um aluno com Necessidades Educacionais Especiais?

2- Ao trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais foi necessário realizar alguma mudança na sua forma de planejar as aulas e de dinamizar conteúdos? Em quais aspectos?

3- O que você tem aprendido com seu aluno com necessidades educacionais especiais?

4 - Em que a sua formação inicial (graduação/licenciatura) contribuiu para a sua atuação no contexto da inclusão? E a especialização? (se tiver feito).

SEÇÃO 2 - SITUAÇÃO IDEAL DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

1 - O que você considera necessário para um professor atuar com alunos com necessidades especiais educacionais?

2 - Que mudanças na escola você considera necessárias para melhor atender esses alunos?

3 – Uma escola só pode ser considerada inclusiva quando tem crianças com deficiência?

ANEXOS

ANEXO A - Carta de Apresentação – Escola



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel.**

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

ANEXO C - Aceite Institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da *Escola Municipal Maria Rodrigues Barnabé* está de acordo com a realização da pesquisa Processo de Inclusão Escolar das Crianças Com Necessidades Educacionais Especiais, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Elsa da Silva Firmino, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. Simone Cerqueira da Silva.

O estudo envolve a realização de entrevistas do atendimento da Escola Municipal Maria Rodrigues Barnabé com professores. A pesquisa terá a duração de _____, com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição